

## A GLOBALIZAÇÃO E O PAPEL DO ESTADO: DESAFIOS PARA UM ESTADO DEMOCRÁTICO E SUSTENTÁVEL

### Palavras-chave

Globalização –  
Estado Nacional –  
Estado Democrático  
– Integração Mundial  
- Desenvolvimento  
Sustentável

### Keywords

Globalization. National  
state. Democratic state.  
World integration.  
Maintainable development

### Biografia

Mestre em Direito  
Econômico e  
Socioambiental pela  
PUC/PR.

Siomara Cador Eddine

### RESUMO

A globalização se caracteriza pela integração de caráter econômico, social, cultural e político entre diferentes países. O processo de globalização surgiu para atender ao capitalismo, e principalmente os países desenvolvidos; de modo que os mesmos pudessem buscar novos mercados. A integração mundial decorrente desse processo ocorreu em razão de dois fatores: das inovações tecnológicas e do incremento no fluxo comercial mundial. A grande mudança no contexto atual da globalização consiste no grau de interferência do Estado para reduzir ou aumentar obstáculos no fluxo do comércio e relações internacionais. Essa mudança está ligada ao fortalecimento das economias locais, nacionais e regionais baseada na alocação racional dos recursos naturais, na complementação da oferta ambiental e na integração de mercados regionais. O comércio, as finanças e os investimentos são justamente os instrumentos pelos quais se interligam, no plano internacional, a produção e o consumo. Abordar a questão da sustentabilidade em seu sentido mais amplo pressupõe rever, simultaneamente, o conceito de desenvolvimento como um todo e, em particular, os padrões atuais das relações internacionais. A idéia de desenvolvimento sustentável surge no contexto da globalização como um sinal de alerta. A crise social e ambiental veio questionar as bases que sempre impulsionaram e legitimaram o desenvolvimento e crescimento econômico, deixando a natureza em segundo plano. A sustentabilidade social e ecológica aparece, assim, como critério para reorganizar a ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e como suporte para um desenvolvimento contínuo, racional e ambientalmente correto. A coordenação de políticas nacionais e a cooperação internacional são, hoje, requisitos indispensáveis para a manutenção de um Estado forte, democrático e sustentável, em meio aos avanços da globalização.

## ABSTRACT

The globalization is characterized by the integration of economical, social, cultural and political character among different countries. The globalization process appeared to assist the capitalism and mainly the developed countries; so that the same ones could look for new markets. The current world integration happened in reason of two factors: the technological innovations and the increment in the world commercial flow. The great change in the current context of the globalization consists of the degree of interference of the State to reduce or to increase obstacles in the flow of the trade and international relations. That change is linked to the invigoration of the local, national and regional savings based in the rational allocation of the natural resources, in the complementation of the environmental offer and in the integration of regional markets. The trade, the finances and the investments are exactly the instruments for the which they are interconnected, in the international plan, the production and the consumption. To approach the subject of the sustainability in its wider sense presupposes to review, simultaneously, the development concept as a whole and, in matter, the current patterns of the international relations. The idea of maintainable development appears in the context of the globalization as an alert sign. The social and environmental crisis came to question the bases that always impelled and legitimated the development and economic growth, leaving the nature in second plan. So, the social and ecological sustainability appears as criterion to reorganize the economical order, as condition for the human survival and as support for a correct continuous, rational and environmental development. The coordination of national politics and the international cooperation are, today, indispensable requirements for the maintenance of a strong, democratic and maintainable State, amid the progresses of the globalization.

## 1. INTRODUÇÃO

Face aos discursos neoliberalistas, onde o mercado é o ser supremo, é necessário elaborar uma nova estratégia de desenvolvimento. A sustentação de relações sociais e econômicas que promovam o desenvolvimento humano em condições ecologicamente viáveis e justas, depende da indicação precisa de necessidades e valores, a fim de construir uma melhor qualidade de vida para todos. Para Rattner, o maior desafio é como transformar a visão dominante nas políticas econômicas, orientada por um crescimento perverso e gerador de miséria, em uma estratégia voltada para o bem-estar do ser humano.<sup>1</sup>

1 RATTNER, Henrique. **Liderança para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999. p. 7.

A idéia de desenvolvimento sustentável surge no contexto da globalização como um sinal de alerta. A crise social e ambiental veio questionar as bases que sempre impulsionaram e legitimaram o desenvolvimento e crescimento econômico, deixando a natureza em segundo plano. A sustentabilidade social e ecológica aparece, assim, como critério para reorganizar a ordem econômica, como condição para a sobrevivência humana e como suporte para um desenvolvimento contínuo, racional e ambientalmente correto.

Para Héctor Leis, *”não há dúvidas de que se não se modificar o atual modelo de desenvolvimento econômico e não se produzir uma aproximação entre critérios ambientais e processos econômicos, a humanidade correrá sérios riscos. Isso demanda uma mudança profunda do comportamento e da mentalidade de todos os atores, sejam eles pertencentes ao mercado, ao Estado ou à sociedade civil.”*<sup>2</sup>

Profundas transformações demográficas, ambientais, tecnológicas, econômicas e culturais devem servir de base para uma nova reflexão. As decisões devem começar por serem tomadas no âmbito de cada país. Diferentemente de se tornarem políticas isoladas, as decisões vão demandar, principalmente, atitudes, acordos e instituições com capacidade efetiva de ação.

Segundo Leis, é necessário que os países ricos e pobres, se convençam da necessidade de reestruturar profundamente as relações políticas e econômicas nacionais e internacionais, para viabilizar programas de desenvolvimento sustentável em escala nacional, regional e global.<sup>3</sup>

Busca-se, assim, uma política de consenso, capaz de unificar e conciliar os diversos interesses de países e classes sociais. É hora de configurar-se uma nova estratégia política, econômica e social para a sustentabilidade e melhor qualidade de vida, através do empenho conjugado de todas as nações do planeta. É nesse sentido que se define o desenvolvimento sustentável como “um processo que permite satisfazer as necessidades da população atual sem comprometer a capacidade de atender as gerações futuras”.

Este artigo tem o objetivo de refletir e formular proposições para um Estado forte, democrático e sustentável, em meio ao avanço crescente da globalização. De início, analisaremos o fenômeno global e as linhas neoliberais que atualmente regem as relações internacionais; em seguida, identificaremos o papel do Estado Nacional neste cenário, para ao final, confrontá-los com os desafios da sustentabilidade ambiental e democrática, tanto no plano interno quanto no global.

2 LEIS, Héctor Ricardo. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade Blumenau, 1996. p. 44.

3 LEIS, Héctor Ricardo. **Op. cit.**, p. 45.

## 2. GLOBALIZAÇÃO E NEOLIBERALISMO

Foi somente nos anos 60 e início dos anos 70 que o termo “globalização” passou a ser efetivamente usado. Conforme aponta Held, não existe uma definição única e universalmente aceita para a globalização. Segundo o autor, *“a globalização tem sido diversamente concebida como ação à distância (quando os atos dos agentes sociais de um lugar podem ter conseqüências significativas para terceiros distantes); como compressão espaço-temporal (numa referência ao modo como a comunicação eletrônica instantânea vem desgastando as limitações da distância e do tempo na organização e na interação sociais); como interdependência acelerada (entendida como a intensificação do entrelaçamento entre economias e sociedades nacionais, de tal modo que os acontecimentos de um país têm um impacto direto em outros); como um mundo em processo de encolhimento (erosão das fronteiras e das barreiras geográficas à atividade socioeconômica); e, entre outros conceitos, como integração global, reordenação das relações de poder inter-regionais, consciência da situação global e intensificação da interligação inter-regional.”*<sup>4</sup>

Do ponto de vista econômico, a globalização funda-se em variados processos concomitantes e interligados, tais como: a formação de conglomerados transnacionais; a formação de mercados de capital, de câmbio e de títulos de valores globais; a formação de um mercado mundial unificado; a formação de uma nova divisão internacional do trabalho; a formação de espaços onde se processa uma produção globalizada; dentre outros.

Embora a globalização seja um fenômeno preponderantemente ocidental, o discurso globalista enfatiza que ela reflete mudanças estruturais na escala da organização social mundial. Isso se evidencia, entre outras manifestações, pelo crescimento das empresas multinacionais, pelos mercados financeiros mundiais e pelo destaque dado à degradação ambiental do planeta. Em vez de conceber a globalização como um fenômeno exclusivamente econômico, a análise globalista abarca os mais diversos aspectos da sociedade: tecnológico, político, cultural, natural, etc.

Já, o discurso anti-globalista indica que o fenômeno se caracteriza pela ação de forças econômicas globais e pelos interesses do capital financeiro, capazes de paralisar iniciativas e desestruturar estados nacionais, multiplicar o desemprego, provocar a desterritorialização de atividades industriais e de serviços, e condenar regiões potencialmente prósperas ao abandono. Para Clovis Cavalcanti, longe de buscar a satisfação das necessidades, a globalização se sustenta justamente pela busca constante de criar e suscitar novas necessidades. Isso porque, a produção crescente

4 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001. p. 11.

exige um consumo crescente, ou seja, necessidades que nunca são satisfeitas.<sup>5</sup>

Para Ianni, *“a globalização do mundo expressa um novo ciclo de expansão do capitalismo, como modo de produção e processo civilizatório de alcance mundial. Um processo de amplas proporções envolvendo nações e nacionalidades, regimes políticos e projetos nacionais, grupos e classes sociais, economias e sociedades, culturas e civilizações. Assinala a emergência da sociedade global, como uma totalidade abrangente, complexa e contraditória.”*<sup>6</sup>

Held e Mcgrew sustentam que *“o discurso sobre a globalização é entendido como uma construção primordialmente ideológica – um mito conveniente, que em parte, ajuda a justificar e legitimar o projeto global neoliberal, isto é, a criação de um livre mercado global e a consolidação do capitalismo anglo-americano nas principais regiões econômicas do mundo.”*<sup>7</sup>

A criação de forças e blocos econômicos, com esforços simultâneos para impor regras e políticas macroeconômicas supranacionais, reforça a linha neoliberal de desregulamentação e abertura de mercados ao livre comércio, sob a hipótese de que as funções econômicas do Estado-Nação perderam força, foram superadas.

É no contexto da globalização que surge o chamado “neoliberalismo”. Segundo Ianni, *“a nova divisão transnacional do trabalho e da produção; a crescente articulação dos mercados nacionais em mercados regionais e mundiais; os novos desenvolvimentos dos meios de comunicação; a formação de redes de informática; a expansão das corporações transnacionais e a emergência de organizações multilaterais instituem e expandem as bases sociais e de interesses que se expressam no neoliberalismo.”*<sup>8</sup>

Os neoliberais frisam a difusão crescente da riqueza e da prosperidade em toda a economia mundial, para eles a pobreza extrema e a desigualdade global são vistas como estados transicionais, que desaparecerão com a modernização global conduzida pelo mercado.<sup>9</sup>

Mas, os neoliberalistas esquecem que a expansão da crise social e ambiental nas últimas décadas se viabilizou por meio do crescimento e da globalização da economia. Pois, a globalização enquanto abre fronteiras e cria novas oportunidades para geração e aumento de capital, também agrava as disparidades entre ricos e pobres.

Apesar dos esforços de muitos estudiosos em definir a globalização

5 CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica.** In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 161.

6 IANNI, Octávio. **A era do globalismo.** 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 11.

7 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 16.

8 IANNI, Octávio. **Op. cit.**, p. 217.

9 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 71.

como um processo pelo qual o espaço mundial adquire unidade, essa afirmativa não é válida. Para Sposati, a uniformidade, a igualdade e a homogeneidade tão mencionadas não são encontradas na análise desse processo. Ao contrário, o que se observa é uma grande diferença entre a prosperidade de alguns países e a pobreza extrema em outras partes do globo. Segundo a autora, “*o processo de globalização não é uniforme, não atinge todos os países da mesma maneira e não atinge os que vivem no mesmo país do mesmo modo. (...) a globalização que pode surgir de imediato, como um processo de homogeneidade, é de fato, um processo heterogêneo sob múltiplos aspectos.*”<sup>10</sup>

O mercado global cria a ilusão de que as relações entre os países serão regulares, proporcionais, coerentes. Mas, a globalização não significa harmonia. Segundo Ianni, “*esse é um universo de diversidades, desigualdades, tensões e antagonismos, simultaneamente às articulações, associações e integrações regionais, transnacionais e globais.*”<sup>11</sup>

Não é a toa, que muitos autores definem a globalização como fantasia, mito. Um exemplo disso é a comunicação instantânea de notícias que vem diminuindo as distâncias entre os Estados; a fantasia está em considerar esse processo como de fato global, visto que só uma parcela muito pequena da população mundial tem, atualmente, acesso a esse tipo de informação. Prenuncia-se entre os “globalistas” a morte do Estado, mas o que se observa é o fortalecimento deste, como único ente capaz de gerir desigualdades.<sup>12</sup>

Dessa forma, como o global não pode ser interpretado literalmente como um fenômeno universal, alguns estudiosos preferem uma conceituação que seja mais adequada às tendências atuais, tais como “internacionalização” (laços crescentes entre economias ou sociedades nacionais essencialmente distintas) ou “regionalização” (agrupamento geográfico de trocas econômicas e sociais transfronteiriças).<sup>13</sup>

A grande mudança no contexto atual da globalização consiste no grau de interferência do Estado para reduzir ou aumentar obstáculos no fluxo do comércio e relações internacionais. Essa mudança está ligada ao fortalecimento das economias locais, nacionais e regionais baseada na alocação racional dos recursos naturais, na complementação da oferta ambiental e na integração de mercados regionais. As relações entre o comércio internacional e o meio ambiente vêm ganhando espaço crescente nas agendas de negociação. O debate propõe a adoção, inicialmente no

10 SPOSATI, Aldaíza. “**Globalização: um novo e velho processo**”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; REZENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 43-44.

11 IANNI, Octávio. **Op. cit.**, p. 27.

12 OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Globalização e Soberania: o Brasil e a biodiversidade amazônica**. Brasília: Fund. Milton Campos: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2002. p. 34.

13 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 15.

âmbito interno de cada país, de medidas destinadas a reduzir os impactos ambientais das diversas atividades produtivas.

O comércio, as finanças e os investimentos são justamente os instrumentos pelos quais se interligam, no plano internacional, a produção e o consumo. Abordar a questão da sustentabilidade em seu sentido mais amplo pressupõe rever, simultaneamente, o conceito de desenvolvimento como um todo e, em particular, os padrões atuais das relações internacionais.

É fato, portanto, que a globalização possibilitou a algumas nações o enriquecimento, mas, para a maioria, ensejou a depredação de seus recursos naturais e o agravamento da desigualdade social. Para Liziane Paixão, *“tornou-se um desafio refletir sobre como a globalização, que sinalizava para o progresso unificado dos Estados, não logrou êxito e como a supremacia do mercado conduziu a humanidade a um vazio ético.”*<sup>14</sup>

## 2.1 AS FRONTEIRAS E A COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Com as profundas transformações dos sistemas produtivos e dos cenários sociopolíticos em escala internacional, a partir dos anos 80 os capitais financeiros privados tornaram-se senhores da economia mundial. Esta ascensão sugeriu o enfraquecimento das fronteiras nacionais, devido a não sujeição desses mercados financeiros às estruturas produtivas e à regulações políticas em escalas nacionais.

Esse enfraquecimento estaria relacionado ao fortalecimento de empresas, corporações transnacionais, entidades multinacionais, e também, de organismos como FMI, Banco Mundial, GATT, dentre outros.

Nessa linha de pensamento encontram-se os globalistas, segundo os quais a globalização “esvaziou” os Estados, enfraquecendo a sua autonomia e soberania, uma vez que estes Estados não teriam capacidade para se contrapor aos ditames da economia global. Segundo Held e McGrew, *“os processos econômicos, ambientais e políticos regionais e globais redefinem profundamente o conteúdo das decisões nacionais”*<sup>15</sup>. Na concepção desses teóricos, há o declínio do Estado-Nação.

Em sentido contrário, Hirst e Thompson acreditam que o Estado permanece soberano, sem ser onipotente na sua base territorial, e sendo fortalecido pelos processos de internacionalização, uma vez que *“é o Estado nacional, em última análise, que detém o monopólio das normas, sem as quais os poderosos fatores externos perdem eficácia.”*<sup>16</sup> Esses autores acreditam que a organização política dos Estados é

14

OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Op. cit.**, p. 35.

15 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 86.

16 HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis: Vozes, 1998. p. 59.



favorecida pela existência de um sistema mundial de direitos. Assim, de acordo com esse pensamento, a globalização amplia e aperfeiçoa a cooperação entre os Estados soberanos sem inviabilizar a independência das Nações.

Atualmente, nem os Estados nem as forças econômicas privadas podem ignorar os problemas e questões que, cada vez mais, tornam-se globais: mudanças do clima, poluição transfronteiriça, desertificação, perda da biodiversidade, etc. São questões, é certo, que não podem ser atacadas por qualquer nação isoladamente, mas, exigem dos Estados Nacionais, postura firme e ações efetivas.

Em um mundo de mudanças rápidas e contínuas, o desafio é buscar *“uma forte motivação para a cooperação, em busca de soluções de problemas comuns; a utilização de tecnologias ‘apropriadas’ elou a criação de tecnologias culturalmente compatíveis com a realidade e as tradições e, finalmente, a resistência à dominação autoritária, interna e externa à comunidade, combinada com aspirações permanentes de preservar tradições e valores que reforcem a solidariedade e, assim, as tendências em direção de autonomia e sustentabilidade.”*<sup>17</sup>

Ana Luiza de Brasil Camargo cita o relatório “Cuidando do Planeta Terra”, que ressalta a necessidade de uma aliança global para que sejam superados os problemas socioambientais e possa ser introduzido o desenvolvimento sustentável em âmbito mundial:

“No mundo de hoje, nenhuma nação é auto-suficiente. Se for nosso objetivo conseguir a sustentabilidade do nosso planeta, uma sólida aliança deve ser formada por todos os países. Os níveis de desenvolvimento e renda no mundo são desiguais, e os países de mais baixa renda devem receber ajuda para que possam se desenvolver de forma sustentável, protegendo seus meio ambientes. Os recursos globais e compartilhados, especialmente a atmosfera, os oceanos e os ecossistemas, poderão ser bem administrados somente através da determinação conjunta dos povos. A ética do cuidado com a Terra aplica-se em todos os níveis, internacional, nacional e individual. Todas as nações só têm a ganhar com a sustentabilidade mundial e todas estão ameaçadas caso não consigam essa sustentabilidade.”<sup>18</sup>

Surge, então, uma questão: a formação de centros decisórios “supranacionais” debilitaria as possibilidades de estratégias nacionais? Não propriamente, já que os projetos nacionais devem contemplar determinações externas, transnacionais e globais. Pois, as novas tendências caminham para estratégias de integração regional. Segundo Ianni, integração articulada por governos e empresas, setores públicos e privados, conforme as potencialidades dos mercados.<sup>19</sup> Para o autor, a tese da

17 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 34.

18 CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 2005. p. 90.

19 IANNI, Octávio. **Op. cit.**, p. 91-93.



regionalização funda-se na idéia de que a economia mundial está polarizando-se em núcleos regionais, com o apoio de acordos que reforçam os vínculos privilegiados entre Estados que convivem no mesmo âmbito geográfico, histórico, cultural e econômico.<sup>20</sup>

Held salienta que à medida que as atividades econômicas, sociais e políticas transcendem cada vez mais regiões e fronteiras nacionais, isso representa um desafio direto para o princípio territorial da organização social e política moderna. Isso não significa que o território e a localização estejam se tornando irrelevantes, mas que, nas condições da globalização contemporânea, eles devem ser reiventados e reconfigurados dentro de um contexto global.<sup>21</sup>

Portanto, a coordenação de políticas nacionais e a cooperação internacional são, hoje, requisitos indispensáveis para a manutenção de um Estado forte, democrático e sustentável, em meio aos avanços da globalização.

### 3. O PAPEL FUNDAMENTAL DO ESTADO NACIONAL

Embora não se deva pregar o isolamento internacional, os Estados Nacionais devem dar prioridade para um desenvolvimento interno mais enérgico. Leroy enfatiza que é preciso desenvolver urgentemente, uma visão que pense o território e as forças sociais atuantes nele, para que políticas e ações possam ser decididas numa perspectiva mais totalizante e pactuada. Para ele, contra a lógica desterritorializante da globalização, o que se quer é a sustentabilidade dos lugares, o que exige pactos territoriais e regulação social sobre o uso desses lugares.<sup>22</sup>

Para alcançar um desenvolvimento que seja sustentável é fundamental estabelecer um compromisso claro com a soberania. Esse compromisso possibilitará a construção de um país mais próspero, com uma democracia fortalecida e com autonomia decisória, proporcionando formas mais diretas de participação e interferência popular na discussão dos grandes temas nacionais. Para isso, precisamos de políticas estratégicas de longo prazo, com intensa discussão sobre os fins e os caminhos do crescimento e da sustentabilidade desejada e possível para a sociedade e o Estado.

Seria suficiente pensar numa divisão de tarefas? Alguns investindo no local, outros no nacional e outros no internacional? Talvez. Mas, é no local que surgem freqüentemente questões, experiências e propostas que podem alimentar e impulsionar políticas e projetos nacionais e internacionais. Além disso, dizer que

20 **Idem**, p. 109.

21 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 22.

22 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2001. p. 180.

a luta pela sustentabilidade e pela democracia é nacional e mundial significa que ela começa lá onde as pessoas vivem, lá onde elas sofrem os impactos das políticas nacionais e internacionais.<sup>23</sup>

No atual momento da globalização faz-se necessário o exercício de uma consciência regional e local como estratégia de equilíbrio em face das conseqüências de uma economia mundializada, onde os valores sociais e ecológicos são completamente esquecidos.

O Estado é soberano para determinar o seu próprio destino, interna e externamente, mesmo quando essa liberdade seja pautada em compromissos internacionalmente assumidos. É independente, na medida em que dispõe de poderes para atuar no cenário nacional e internacional, mesmo quando se determina a extensão de suas obrigações internacionais. Assim, para responder aos novos padrões mundialmente implantados, o Estado abdica de algumas funções, mas avoca outras, consolidando a sua autoridade e seu poder soberano.<sup>24</sup>

É reconhecido que a integração à economia mundial por meio do comércio e das finanças pode limitar a liberdade de ação no âmbito nacional. Frente a essa dificuldade, os Estados nacionais precisam agir com prudência e cautela nas suas escolhas políticas.

Para Helena Ribeiro Sobral, a conseqüência mais imediata da preocupação com o global é a constatação de que o enfrentamento das questões sociais e ambientais exige, sobretudo, ações locais. Logo, a expressão “pensar globalmente, agir localmente”, embora criticada por alguns, é a que mais se coaduna e reflete a atual importância do Estado.<sup>25</sup> A conquista dos objetivos da Agenda 21 e das convenções ambientais internacionais dependerá inicialmente da adoção de estratégias de desenvolvimento sustentável em nível nacional.

Assim, a questão ambiental passou a ocupar a agenda do Estado na medida em que as conseqüências de algumas dessas questões são globais: perda de biodiversidade, aquecimento global, poluição, desertificação, dentre outras, todas de caráter transfronteiriço. O reconhecimento da extensão desse problema e do seu caráter coletivo faz com que o Estado atue diretamente na sua solução.

Segundo Held e McGrew, longe de a interdependência econômica reduzir necessariamente a autonomia econômica ou a soberania nacional, pode-se afirmar que ela aumentou a capacidade nacional de muitos Estados. A abertura para os mercados globais fornece maiores oportunidades de crescimento econômico nacional sustentado. Portanto, os Estados nacionais continuam centrais para a gestão da economia mundial, já que só eles têm a autoridade política formal para regulamentar

23 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 179.

24 OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Op. cit.**, p. 39.

25 SOBRAL, Helena Ribeiro. **Globalização e Meio Ambiente**. In: Desafios da Globalização. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 141.

a atividade econômica.<sup>26</sup> Para Nincic, “os processos democráticos redefiniriam o interesse nacional e ampliariam seus objetivos para além da mera sobrevivência.”<sup>27</sup>

Gilmar Antonio Bedin afirma que o Estado, com o fenômeno da globalização, não desapareceu e nem desaparecerá. Para o autor, “ele foi e continuará sendo um dos maiores e mais essenciais fenômenos que a engenharia política e a sociedade humana conseguiram produzir em todos os tempos.”<sup>28</sup>

Héctor Leis enfatiza “é somente dentro das fronteiras do Estado-nação que é possível materializar soluções legítimas e eficientes para o problema da desigualdade global. Embora a cooperação internacional entre os Estados possa viabilizar a correção de alguns dos piores excessos do mercado global, as desigualdades, no fim das contas, só podem ser enfrentadas com sucesso e legitimidade através do aparato dos sistemas nacionais de bem-estar social e da busca resoluta de riqueza e poder econômico nacionais.”<sup>29</sup> Para tanto, cabe ao Estado retomar o papel de regulador e coordenador do desenvolvimento econômico e social.

#### 4. ESTADO DEMOCRÁTICO

A democracia, na opinião de Hazel Henderson, emergiu como um processo necessário para se administrar as complexidades da reorganização das sociedades humanas inseridas no processo de globalização. Para a autora, a tomada de decisões grupal deve abranger:

1. como controlar nossa própria população; 2. como replanejar nossos sistemas de produção e de distribuição para que operem dentro de limites de tolerância ecológica, de modo a que sejam sustentáveis durante um longo prazo; 3. como limpar o acúmulo de condições tóxicas e nocivas criadas pelas nossas formas insustentáveis de industrialização; 4. como fazer tudo isso tão equitativamente e, portanto, tão pacificamente possível.<sup>30</sup>

Leroy salienta que transformar a população em sujeito político do seu ambiente material, econômico e cultural, é o desafio da construção da sustentabilidade

26 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 55-56.

27 NINCIC **Apud** VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. **Democracia Cosmopolita versus Política Internacional**. São Paulo: Lua Nova, 2006. p. 8.

28 BEDIN, Gilmar Antonio. **Estado, Cidadania e Globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos**. In: Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios. Ijuí: Editora Ijuí, 1998. p. 138.

29 LEIS, Héctor Ricardo. **Op. cit.**, p. 10.

30 HENDERSON, Hazel. **Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da Guerra da Economia Global**. São Paulo: Cultrix, 1998. p. 49 e 51.

democrática num país. Para o autor, a verdadeira democracia passa pela economia, mas desemboca necessariamente na justiça. É por isso que esse desafio implica estabelecer a primazia dos direitos, base e garantia da cidadania, e ampliá-los para além dos direitos civis – até o campo dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais.<sup>31</sup>

Segundo Rattner, nesse processo de mobilizar os cidadãos a agirem em nome da crescente produtividade econômica, de um meio ambiente limpo e do bem-estar social, o fator central não é um sistema democrático abstrato ou formal, mas a construção e reforço contínuo de instituições democráticas específicas. Para o autor, a questão principal que surge é como criar instituições democráticas capazes de induzir um processo de desenvolvimento socialmente equitativo e ecologicamente sustentável e, ao mesmo tempo, reter o controle e definir os limites políticos que estabelecem as relações de mercado desiguais e desestabilizantes.<sup>32</sup>

Cada vez mais temos a consciência de que crescimento econômico e redução da pobreza caminham de lados opostos, especialmente quando seguidos pela má distribuição de renda e pelo uso predatório e devastador dos recursos naturais. Segundo Jean-Pierre Leroy:

A criação de condições favoráveis à sustentabilidade democrática exige profundas mudanças no plano global das relações internacionais. A liberalização comercial é incompatível com os objetivos da sustentabilidade democrática. Constitui-se em instrumento poderoso de aprofundamento das desigualdades, nos planos interno e internacional. Os fluxos financeiros, por sua vez, movimentam hoje quantias muito superiores às correspondentes à economia real, na qual ocorre a comercialização de produtos e serviços. Têm tamanho poder de concentrar a riqueza que qualquer medida restrita à regulamentação do comércio internacional se revelaria insuficiente. A sustentabilidade exige, por isso, ampla regulamentação nacional e internacional, que imponha regras a essas atividades, levando em conta os objetivos de caráter social e ambiental.<sup>33</sup>

O futuro da humanidade depende da aceitação plena e da prática permanente do pluralismo democrático, em que haja intercâmbio e confrontação de idéias, aspirações e visões de mundo diferentes. A emergência de um novo paradigma representa não só desafios, como também novas oportunidades para a construção e difusão de um estilo de vida democrático e pluralista.<sup>34</sup>

No âmbito internacional, Putnam acredita que o poder de barganha dos

31 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 21.

32 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 122.

33 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 101.

34 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 33-34.

Estados nas negociações internacionais é fortalecido com a democracia:

a pressão interna das democracias, longe de ser um sinal de fraqueza, pode ser uma fonte de poder ao sinalizar aos negociadores do outro país que não serão aceitas concessões. Caso os líderes do país democrático ou do outro país com o qual esse negocia não levem em consideração a opinião pública, o acordo simplesmente não se sustentará.<sup>35</sup>

Bobbio também é otimista e defende a necessidade da democratização do sistema internacional, para ele *“a democratização do sistema internacional é também um problema do Estado nacional. Isto porque, se as democracias são mais pacíficas, a paz internacional dependeria da extensão progressiva dos Estados Democráticos. Ou seja, o crescimento dos Estados democráticos levaria o sistema internacional a ser mais democrático.”*<sup>36</sup>

Segundo Héctor Leis, *“o maior desafio para conseguir uma autêntica democratização da política internacional consiste em produzir um espaço público de acesso relativamente irrestrito e com capacidade real de influir no processo decisório sobre questões globais. Se a partir de uma perspectiva democrática (profunda) nada parece mais importante que o direito ao autogoverno, isso supõe que tanto os indivíduos quanto os povos e países devem ter suficiente autonomia para determinar as condições e os valores que orientam sua existência – obviamente, contanto que não neguem o mesmo a outros.”*<sup>37</sup>

## 5. O DESAFIO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Tanto no plano interno, como no internacional, a idéia base de desenvolvimento sempre esteve relacionada à ideologia do crescimento ilimitado e a qualquer custo. Leroy argumenta: *“Claro que em geral isso ocorre em meio a belos discursos sobre o nosso futuro comum. Porém, é impossível esconder a dura realidade que preside as relações internacionais. Como no momento em que o presidente dos Estados Unidos, George W. Bush, em plena virada do milênio, recusou-se publicamente a assinar o Protocolo de Kyoto (base para o início de um enfrentamento real do problema planetário do clima), com a justificativa de que seu país não está disposto a sacrificar uma parte que seja de sua economia a favor da sobrevivência da humanidade. E, para reforçar o argumento, valeu-se exatamente da visão linear de desenvolvimento, com base na premissa de que o crescimento da economia americana tem que continuar, sempre e*

35 PUTNAM **Apud** VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. **Op. cit.**, p. 9.

36 BOBBIO **Apud** VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. **Op. cit.**, p. 10.

37 LEIS, Héctor Ricardo. **Op. cit.**, p. 76.

*cada vez mais, para poder servir de grande farol e de parceiro fraterno para o progresso de toda a humanidade.*”<sup>38</sup>

Nos anos 80, a Comissão Brundtland, no seu relatório preparatório à Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente - Rio 92, propôs uma nova formulação para a relação entre meio ambiente e desenvolvimento econômico, inspirada na noção de sustentabilidade. De acordo com essa noção, os recursos naturais e o meio ambiente seriam usados sem esgotar os primeiros e sem tornar o segundo inviável à vida humana.

Tem-se então, um desenvolvimento definido pelo Relatório Brundtland como aquele que *“atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”*. A estratégia apresentada para a realização desses propósitos conjuga crescimento econômico ao progresso técnico capaz de poupar recursos naturais.

A exploração desenfreada e irracional dos recursos naturais transformados em mercadorias, cuja lógica básica não é a do atendimento das necessidades humanas, mas sim da acumulação ilimitada, cada vez mais põe em risco não apenas as classes menos favorecidas e os países subdesenvolvidos, mas toda a humanidade. Assim, a consciência social e ecológica deve avançar para postulados de sustentabilidade.

Segundo Rattner, no processo de desenvolvimento sustentável, os fatores econômicos, técnicos, culturais, políticos e ambientais são interdependentes. Para o mestre, a introdução e aplicação de boas tecnologias ambientais não podem ser concebidas apenas como uma questão técnica ou operacional, a ser resolvida por prescrições ideais, teóricas ou práticas, para o planejamento e alocação de recursos escassos. O desenvolvimento sustentável, apesar das “boas tecnologias”, vai exigir diferentes padrões de relacionamento social, organizações comunitárias coesas e solidárias, baseadas em forte motivação, identidade de grupo e valores e interesses comuns.<sup>39</sup>

A questão do desenvolvimento sustentável, portanto, transcende os aspectos tecnológicos, financeiros e comerciais muito enfatizados nas recomendações aos países em desenvolvimento pelas organizações financeiras internacionais. Rattner complementa: *“o conceito de desenvolvimento sustentável pode se tornar operacional não apenas por uma melhor economia, boas tecnologias ou a inclusão de preocupações ambientais nos projetos de investimento; seu verdadeiro significado será derivado de esforços sistemáticos para construir uma sociedade mais estável, racional e harmônica, baseada em princípios de igualdade e justiça em cada sociedade a nível global.”*<sup>40</sup>

Para servir a todas as pessoas o tempo todo, sem exaurir os recursos

38 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 12.

39 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 86.

40 **Idem**, p. 105.

existentes ou produzir riscos e conseqüências ambientais intoleráveis, as estratégias de desenvolvimento sustentável terão que ser caracterizadas pela viabilidade econômica, justiça social, sustentabilidade ecológica e aceitação moral e ética.<sup>41</sup>

Para alcançar um desenvolvimento que seja sustentável à longo prazo, um grande número de iniciativas envolvendo instituições e atores de todas as esferas da sociedade serão necessárias. Para Leroy:

A interação e cooperação desses atores sociais exige uma compreensão pública da natureza e necessidade ainda maior do desenvolvimento sustentável. Isso novamente implica e requer a formulação e adoção dos códigos de ética para o desenvolvimento sustentável e a promoção de práticas sustentáveis pelos empresários e autoridades públicas. Para induzir vontade política e esforço coletivo no apoio dos programas e políticas de desenvolvimento sustentável deve-se mobilizar maior envolvimento público e mais recursos financeiros, assim como incentivos financeiros e sociais adequados (tais como impostos, créditos, descontos, etc.) devem ser mobilizados para encorajar e implementar a adoção generalizada de práticas sustentáveis.<sup>42</sup>

Já, para os economistas, uma melhor racionalidade dos recursos naturais seria alcançada pela própria lógica de mercado:

O argumento central desenvolvido pelos economistas em busca de sustentabilidade gira em torno da noção de eficiência no uso dos recursos do planeta. A alocação eficiente de recursos naturais, respeitando ao mesmo tempo as preferências dos indivíduos, seria melhor executada em um cenário institucional de mercados competitivos. As possíveis distorções desses mercados poderiam ser corrigidas pela internalização de externalidades e/ou eventuais reformas fiscais, coletando mais taxas e tributos dos responsáveis pelos processos poluentes e materiais descartados. A sustentabilidade seria alcançada pela implementação da racionalidade econômica em escala local, nacional e planetária.<sup>43</sup>

Porém, a única opção que viabiliza o desenvolvimento econômico, sem exclusão social e em harmonia com o meio ambiente, é a mudança nos padrões de consumo e produção de forma a satisfazer as necessidades da população a um baixo consumo de energia e de recursos naturais. Os objetivos do desenvolvimento sustentável exigem uma mudança nos valores que orientam o comportamento dos agentes econômicos e da sociedade em conjunto.

Para Leff, o discurso dominante da sustentabilidade promove um crescimento econômico sustentável, estabelece limites e condições à apropriação e transformação capitalista da natureza, procurando incorporar a natureza ao capital, internalizando os custos ambientais do progresso. Assim, os processos ecológicos

41 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 107.

42 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 132.

43 RATTNER, Henrique. **Op. cit.**, p. 119-120.



são convertidos em capital para serem assimilados ao processo de expansão da ordem econômica, reestruturando as condições da produção mediante uma gestão economicamente racional do meio ambiente.<sup>44</sup>

Segundo Ianni, é muito significativo que a problemática ambiental ou propriamente ecológica tenha sido reaberta em termos bastante enfáticos na época da globalização. Para ele, *“a difusão global das políticas econômicas e dos estilos de vida baseados na indústria está exaurindo a riqueza ecológica do nosso planeta, mais rapidamente do que pode ser reposta. Estão em perigo os recursos naturais dos quais depende a crescente população mundial.”*<sup>45</sup>

Para Werner, uma vez que o desenvolvimento sustentável apresenta além da questão ambiental, tecnológica e econômica, uma dimensão cultural e política, exige também a participação democrática de todos na definição das mudanças necessárias para implementá-lo. A finalidade é integrar as preocupações ambientais no cerne das políticas socioeconômicas, fazendo estas políticas responsáveis por seus impactos ambientais. Logo, contabilizar tanto a degradação e a exaustão ambientais como o desempenho econômico é um primeiro passo no sentido dessa integração.<sup>46</sup> Enfatize-se que a ausência de uma participação e fiscalização democráticas é receita infalível para a negligência com o meio ambiente.

A sustentabilidade revelou-se uma nova maneira de perceber as soluções para os problemas globais, que não se reduzem apenas à degradação ambiental, mas incorporam também dimensões sociais, políticas e culturais. O objetivo é caminhar em direção a um desenvolvimento que integre interesses sociais e econômicos com as possibilidades e os limites que a natureza define.

A mudança para o Desenvolvimento Sustentável enseja mudanças de política interna nacional. Henderson apresenta algumas idéias: *“a) implementação das disposições internas dos Planos de Ação definidos pela Agenda 21 e acordados nas Reuniões de Cúpula da ONU; b) passagem de uma tributação sobre a renda e emprego para tributação do consumo supérfluo, desperdício e depreciação dos recursos naturais, poluição; c) alteração e eliminação de subsídios a setores industriais, produtos e serviços insustentáveis; d) aceleração das revisões estatísticas do PNB/PIB e outros indicadores macroeconômicos obsoletos, para contabilizar mais plenamente os recursos nacionais, inclusive o trabalho produtivo não-remunerado, como consta da Agenda 21.”*<sup>47</sup>

44 LEFF, Henrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder.** 3ª ed. Petrópolis, Vozes, 2001. p. 24.

45 IANNI, Octávio. **Op. cit.**, p. 23.

46 STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis.** In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma Sociedade Sustentável. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998. p. 106-107.

47 HENDERSON, Hazel. **Além da globalização: modelando uma Economia**

Enfim, as questões relativas à conservação vêm ocupando hoje uma significativa parcela dos investimentos e esforços administrativos de todos os segmentos da atividade econômica. Segundo Werner, o mercado rapidamente percebeu que, atendendo às exigências legais normativas ou comunitárias, pode atuar fortemente em favor da competitividade de uns em oposição à inviabilidade de outros. O dilema da empresa moderna é o de adaptar-se ou correr o risco de perder espaços arduamente conquistados, sendo imperativo aplicar princípios de gerenciamento ambiental condizentes com o desenvolvimento sustentável.<sup>48</sup>

## 6. CONCLUSÃO

Nessa virada de século, aumentaram as expectativas por uma nova ordem mundial baseada não apenas em um tratamento mais racional dos recursos ambientais, mas acima de tudo, em formas mais éticas de manter e assegurar a existência e sobrevivência da espécie humana.

É preciso repensar os projetos de sustentabilidade para o futuro. O crescimento econômico e o mercado são para uns o motor da sustentabilidade. Segundo eles, se enquadrado no mercado, o meio ambiente será mais bem cuidado. Frente a isso, importa afirmar que esse caminho levará a uma maior desigualdade, à destruição global do meio ambiente e injustiças. O acesso aos recursos naturais e ao meio ambiente se tornará privilégio de uma parte da humanidade.

Conforme aponta Leroy, as soluções para a questão da globalização não estão dadas; só poderão surgir de um longo processo de exercício da democracia. O nosso futuro não se reduz à economia, como quer nos fazer crer a ideologia dominante do desenvolvimento, mesmo quando nela se insere, de forma retórica ou, um tanto, superficial, o adjetivo “sustentável”.<sup>49</sup>

Precisamos de um Estado que crie condições para escolher o caminho ecologicamente correto, que se harmonize com o crescimento em bases sustentáveis e que elimine todas as formas de exclusão social. A esse fenômeno podemos denominar desenvolvimento sustentável. José Chacon de Assis explica: *“sustentável entre outras coisas porque, ao contrário do modelo predatório atualmente em vigor, pode ser estendido no tempo criando possibilidades de uma existência digna para as futuras gerações.”*<sup>50</sup>

---

**Global Sustentável.** São Paulo: Cultrix, 2004. p. 117 a 119.

48 STAHEL, Andri Werner. **Op. cit.**, p. 109.

49 LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Op. cit.**, p. 44.

50 ASSIS, José Chacon de. **Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento.** Rio de Janeiro: CREA/RJ, 2000. p. 28.

Isso só será possível se houver um consenso mundial pela sustentabilidade, que dependerá de esforços comuns e ações efetivas por parte de todos os Estados, no sentido de conter o crescimento populacional e as agressões ao meio ambiente, buscando uma melhor distribuição de renda e melhor qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

Segundo a Agenda 21: *“Tanto as políticas econômicas dos países individuais como as relações econômicas internacionais têm grande relevância para o desenvolvimento sustentável. A reativação e a aceleração do desenvolvimento exigem um ambiente econômico e internacional ao mesmo tempo dinâmico e propício, juntamente com políticas firmes no plano nacional. A ausência de qualquer dessas exigências determinará o fracasso do desenvolvimento sustentável”* (CNUMAD, 1995).

Para Flavin, *“enfrentar os problemas globais e implementar o desenvolvimento sustentável exigirá uma nova forma de globalização, que vá além dos elos comerciais e fluxos de capital até ligações políticas e sociais fortalecidas entre governos e grupos de cidadãos. A questão fundamental parece ser se o potencial de entendimento que temos no mundo atual e o nível crescente de comércio entre as nações podem ser transformados num esforço comum para equacionar problemas comuns.”*<sup>51</sup>

O desenvolvimento sustentável não é tarefa somente para uma geração; é um processo que demandará tempo, compromisso e esforço de várias gerações. Mas, as mudanças devem começar agora. Devemos buscar novas formas de globalização, que sejam mais humanas, mais racionais e mais sustentáveis. A globalização econômica deve ser reformulada para fazer frente às necessidades de dois bilhões de pessoas excluídas do crescimento econômico. Segundo Henderson, as tarefas incluem o planejamento, em todos os níveis, de dimensões adicionais à globalização, inclusive indicadores mais exatos; monitoração global; padrões mais elevados; critérios; leis melhores; regulamentos e códigos de conduta e princípios – abrangendo direitos humanos, equidade e ética ambiental.<sup>52</sup>

Conforme Held,

o que se requer é uma nova ética global, que reconheça o “dever de cuidar” além das fronteiras, bem como dentro delas, e uma nova negociação global entre nações ricas e pobres. Isso implica repensar a democracia social como um projeto puramente nacional, reconhecendo que, para continuar eficaz num mundo que se globaliza, ela tem que estar inserida num sistema reformulado e muito mais forte de gestão global, que procure combinar a segurança humana com a eficiência econômica. A reconstrução de um projeto

51 FLAVIN, Christopher. **Planeta rico, planeta pobre**. Estado do mundo: Relatório do Worldwatch Institute sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável. Salvador: UMA, 2001. p. 16.

52 HENDERSON, Hazel. **Além da globalização: modelando uma Economia Global Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2004. p. 94.

social democrático exige a busca coordenada de programas nacionais, regionais e globais que regulem as forças da globalização econômica – a garantia, em outras palavras, de que os mercados globais comecem a servir às populações do mundo e não o inverso.<sup>53</sup>

Para Héctor Leis, o fenômeno da globalização exige novas maneiras de pensar sobre a política, economia e a mudança cultural. Exige, também, respostas criativas dos políticos e legisladores sobre as futuras possibilidades e formas de regulação política eficaz e de responsabilidade democrática.<sup>54</sup>

E, em meio às teses de dissolução do Estado, *“o Estado permanece, ainda que modificado. Ao mesmo tempo em que é foco de pressões do mercado internacional, da financeirização da economia, da globalização no setor da comunicação e do crescimento dos atores não estatais no cenário internacional, o Estado parece tentar se fortalecer e se manter como unidade institucional ainda indispensável, mesmo redimensionado no seu papel e nas formas de exercitar e de legitimar a sua autoridade.”*<sup>55</sup> O alcance e a influência de um Estado nas suas relações internacionais são fatores que determinam, atualmente, a força e o poder de um Estado e a sua capacidade de crescimento e desenvolvimento.

Por fim, o desafio de se promover uma interação harmoniosa da sociedade com o meio ambiente é o de promover o próprio desenvolvimento, o que supõe a ação de um Estado forte, com capacidade regulatória e legitimidade democrática. Como afirma Dowbor, os objetivos são claros: *“precisamos de um desenvolvimento que seja socialmente justo, economicamente viável e ambientalmente sustentável.”*<sup>56</sup>

---

53 HELD, David; MCGREW, Anthony. **Op. cit.**, p. 73-74.

54 LEIS, Héctor Ricardo. **Op. cit.**, p. 12.

55 VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. **Op. cit.**, p. 11.

56 DOWBOR, Ladislau. **Globalização e Tendências Institucionais. In: Desafios da Globalização.** 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 16.

## REFERÊNCIAS

- ASSIS, José Chacon de. **Brasil 21: uma nova ética para o desenvolvimento**. Rio de Janeiro: CREA/RJ, 2000.
- BEDIN, Gilmar Antonio. **Estado, Cidadania e Globalização do mundo: algumas reflexões e possíveis desdobramentos**. In: Relações Internacionais & Globalização: grandes desafios. Ijuí: Editora Ijuí, 1998.
- BHAGWATI, Jagdish. **Em defesa da globalização: como a globalização está ajudando ricos e pobres**. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- CAMARGO, Ana Luiza de Brasil. **Desenvolvimento Sustentável: dimensões e desafios**. 2ª ed. São Paulo: Papyrus, 2005.
- CAVALCANTI, Clóvis. **Sustentabilidade da Economia: paradigmas alternativos de realização econômica**. In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma sociedade sustentável. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- CORSI, Francisco Luiz. **A Globalização e a crise dos Estados Nacionais**. In: Desafios da Globalização. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- Cuidando do Planeta Terra (1991). **Uma estratégia para o futuro da vida**. São Paulo: UICN/PNUMA/WWF.
- DOWBOR, Ladislau. **Globalização e Tendências Institucionais**. In: Desafios da Globalização. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- FLAVIN, Christopher. **Planeta rico, planeta pobre**. Estado do mundo: Relatório do Worldwatch Institute sobre o avanço em direção a uma sociedade sustentável. Salvador: UMA, 2001.
- HELD, David; MCGREW, Anthony. **Prós e Contras da Globalização**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
- HENDERSON, Hazel. **Além da globalização: modelando uma Economia Global Sustentável**. São Paulo: Cultrix, 2004.
- HENDERSON, Hazel. **Construindo um mundo onde todos ganhem: a vida depois da Guerra da Economia Global**. São Paulo: Cultrix, 1998.
- HIRST, Paul; THOMPSON, Grahame. **Globalização em questão**. Petrópolis, Vozes, 1998.
- IANNI, Octávio. **A era do globalismo**. 7ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- IANNI, Octavio. **A sociedade global**. Rio de Janeiro: Civilizações Brasileira, 1992.
- LEFF, Enrique. **Saber Ambiental: sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2001.
- LEIS, Héctor Ricardo. **O Labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização**. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade Blumenau, 1996.
- LEROY, Jean-Pierre *et al.* **Tudo ao mesmo tempo agora: desenvolvimento, sustentabilidade, democracia: o que isso tem a ver com você?** Petrópolis: Vozes, 2001.

- OLIVEIRA, Liziane Paixão Silva. **Globalização e Soberania: o Brasil e a biodiversidade amazônica**. Brasília: Fund. Milton Campos: Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, 2002.
- RATTNER, Henrique. **Liderança para uma Sociedade Sustentável**. São Paulo: Nobel, 1999.
- SPOSATI, Aldaíza. “**Globalização: um novo e velho processo**”. In: DOWBOR, Ladislau; IANNI, Octávio; REZENDE, Paulo Edgar A. **Desafios da globalização**. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- SOBRAL, Helena Ribeiro. **Globalização e Meio Ambiente**. In: Desafios da Globalização. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 2000.
- STAHEL, Andri Werner. **Capitalismo e Entropia: os aspectos ideológicos de uma contradição e a busca de alternativas sustentáveis**. In: Desenvolvimento e Natureza: estudos para uma Sociedade Sustentável. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1998.
- VILLA, Rafael Duarte; TOSTES, Ana Paula Baltasar. **Democracia Cosmopolita versus Política Internacional**. São Paulo: Lua Nova, 2006.